
RESENHA

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica: “ouvir o inaudível”**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, 208p.

Rejane Centurion¹

Rosa Virgínia Mattos e Silva, graduada em Línguas Anglo-Germânicas (UFBA), mestre em Letras (UnB), doutora em Linguística (USP) e pós-doutora em Linguística Histórica (UFRJ), é referência brasileira nos seguintes temas: linguística histórica, história da língua portuguesa, história do português brasileiro, português arcaico e ensino da língua portuguesa. Foi pesquisadora I-A do CNPq e faleceu no ano de 2012, deixando uma vasta produção bibliográfica nas áreas e subáreas nas quais atuou. “Caminhos da Linguística Histórica” é organizada em três partes, a partir das quais a autora discute a mudança linguística – na primeira parte, sob o viés de uma perspectiva intralinguística e intrassistêmica; na segunda, em perspectiva extralinguística ou sócio-histórica; e na terceira e última parte, abordando a realização da mudança.

A importância da obra junto aos estudos da Linguagem confirma-se ao leitor já na *Introdução*, a partir da qual a autora desenvolve conceitos básicos da linguística histórica (doravante LH), bem como sua relação com a filologia e a linguística teórica. Apresenta a definição tradicional de LH como “o campo da linguística que trata de interpretar mudanças [...] ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo” (p. 8) e propõe que

¹ Rejane Centurion é mestre em Estudos da Linguagem, pela UFMT, e doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa, pela USP. Atua como professora de Língua Portuguesa na UNEMAT (campus de Tangará da Serra). E-mail: rejanecenturion@yahoo.com.br

seu campo de estudo seja algo mais do que “mudanças das línguas ao longo do seu tempo de uso”.

Mattos e Silva considera, portanto, duas grandes vertentes na LH, a *lato sensu* e a *stricto sensu*. A primeira lida com trabalhos baseados em *corpora* datados e localizados (estudos descritivos, dialetológicos, sociolinguísticos, etnolinguísticos e teorias do texto, do discurso e da conversação). Já a segunda, se interessa pelo que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo, concepção tradicional da LH, a qual apresenta duas orientações: a LH sócio-histórica (considera fatores extralinguísticos ou sociais e também intralinguísticos) e a LH diacrônica associal (considera apenas fatores intralinguísticos).

A autora alerta para o fato de que apesar de, comumente, não distinguirem LH de linguística diacrônica, tal distinção deva ser feita, sendo que cabe à primeira, “descobrir ou desvelar a constituição histórica da língua portuguesa ao longo de seu tempo histórico”; e à segunda, “explicar [...] as mudanças [...] sem considerar os fatores externos, ou sócio-históricos” (p. 12). Nessa direção, afirma que ambas devem considerar a filologia, haja vista seu fazer depender da documentação remanescente do passado. O filólogo, editor de textos do passado, teria, dessa forma, um papel fundamental, pois somente a partir do seu trabalho seria possível a aplicação de teorias sobre a mudança linguística, isso porque as análises histórico-diacrônicas devem utilizar edições feitas com labor filológico cujo objetivo seja o de servir a estudos linguísticos.

Para concluir a seção, discute a relação entre a LH e a linguística teórica, afirmando que em obras clássicas sobre a LH, seus autores não tratam de tal relação, argumentando, em seguida, que se a função da linguística teórica é a de descrever, explicar, predizer por que os fatos são

como são, relaciona-se, então, à LH, pois explicar uma língua leva-nos, em parte, à compreensão de sua história. Para ela, as realidades atuais contribuem para a melhor compreensão de fenômenos passados e as realidades passadas documentadas, por sua vez, clareiam a compreensão de fenômenos da atualidade. Assim, novas abordagens fazem renascer a linguística histórica, aumentando o interesse pelo papel dos fatores diacrônicos na teoria sincrônica. Esclarece que “essa nova face da linguística contemporânea não indica que se tenha posto abaixo a dicotomia saussuriana que opôs a abordagem sincrônica a diacrônica, mas mudou a relação entre elas na compreensão do fenômeno linguístico, levando as análises sincrônicas a tornarem-se mais dinâmicas” (p. 24).

Na parte 1, *A mudança linguística em perspectiva intralinguística e intrassistêmica*, a autora fixa-se em três orientações: a teoria neogramática; o estruturalismo diacrônico e o gerativismo diacrônico. Tais orientações resumem a dedicação de linguistas no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o século XX, e estão relacionadas à LH diacrônica associal, cujos momentos são considerados “abstratos, centrados, sobretudo, no indivíduo e não na comunidade” (p. 28).

A primeira orientação (teoria neogramática) surgiu após os estudos comparativistas (cuja preocupação era voltada ao grau de parentesco histórico entre línguas distanciadas no espaço e confrontadas em momentos diferentes de sua história), tendo o ano de 1878 como seu marco inicial. Os neogramáticos afirmavam que não se tratava “apenas de arrolar correspondências sistemáticas entre línguas, mas antes de criar uma teoria da mudança” (p. 30), para a qual propuseram dois conceitos básicos: as leis fonéticas e a analogia. H. Paul, concentrando suas preocupações na mudança fônica, consolidou as posições dos neogramáticos quanto à

regularidade das leis fonéticas, considerando os sons isoladamente, sem constituírem um sistema, condicionando-os à cadeia falada, na sequência sintagmática. Como produto pedagógico da teoria, temos as gramáticas históricas.

A segunda orientação (estruturalismo diacrônico), com início em 1916, atenta para o indivíduo enquanto parte de um sistema linguístico abstrato, homogêneo. Saussure concebe tal sistema – a *langue* – como um fato social, tomando-o como objeto central do estudo da linguística. Cria, portanto, um impasse para a mudança linguística já que a exclui da referida ciência por transferi-la à *parole*, entendendo, pois, a mudança, como a entenderam os neogramáticos. Alguns estruturalistas permaneceram fiéis ao princípio saussuriano, outros, no entanto, “a partir da noção de sistema, procuraram entender a mudança como intrínseca ao sistema” (p. 35), lançando as bases de uma fonologia diacrônica. Diferentemente dos neogramáticos, priorizavam as mudanças fônicas como parte de um sistema ou estrutura, e não isoladamente.

A partir de 1957, temos a terceira orientação (gerativismo diacrônico), caracterizada por um refinamento de representação do processo de aquisição da linguagem pela criança. Para os gerativistas, com a socialização, a criança introduz mudanças na sua gramática internalizada (*I-grammar*), externando-se nas realizações linguísticas (*E-grammar*), o que faz com que a mudança possa dar pistas à aquisição. Tal orientação apresenta dois momentos. No primeiro, o objeto de estudo foram as mudanças fônicas. A gramática era concebida como um sistema de regras e as mudanças foram entendidas como processos que alteravam as regras da gramática. Assim, o número de regras de uma geração para outra estaria condicionado pela mudança. No segundo momento, situado nos fins da

década de 1970, o objeto foi a sintaxe diacrônica. A preocupação deixa de ser o modelo de regras e passa a ser a representação de gramáticas possíveis. Para os gerativistas, a gramática universal seria “um conjunto de parâmetros variáveis, ao lado dos princípios gerais universais”, abrindo caminho para trabalhos tipológicos e de mudança linguística. “As mudanças no tempo de uma língua se correlacionam à fixação de parâmetros. A mudança na fixação de um parâmetro pode ocasionar um conjunto aparentemente não-relacionado de mudanças simultâneas”. Dessa forma, “[...] as mudanças estão submetidas aos princípios da gramática universal, inata nos indivíduos humanos” (p. 46).

Na parte 2, *A mudança linguística em perspectiva sócio-histórica ou extralinguística*, Mattos e Silva aponta a abertura da linguística para a múltipla linguística pós-1960, marcada pela ruptura com o objeto homogêneo, apresentando, inicialmente, os precursores da LH sócio-histórica: Antoine Meillet, Michael Bakhtin, Otto Jespersen, Ramón Menéndez Pidal e Émile Benveniste. A seguir, trata da mudança linguística no funcionalismo. Para iniciar esta seção, aponta o objeto teórico do funcionalismo (o qual vem a ser “a(s) língua(s) em uso no seu contexto social e sócio-interacional, ou seja, no processo comunicativo entre os falantes” – p. 72), e esclarece que como se trata de uma orientação relacionada ao uso, seus objetivos não são histórico-diacrônicos, no entanto, destaca um aspecto no uso que se relaciona à mudança linguística – os processos de gramaticalização. Este fenômeno (termo cunhado por Meillet), entendido como “evolução em que unidades linguísticas perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética” (p. 73), é exposto a partir de exemplos de processos na língua portuguesa, elencados nos seguintes grupos: nominal, verbal, pronominal, adverbial e nexos

(preposições e conjunções). Silva afirma que “a gramaticalização não se desencadeia por falhas no sistema linguístico, mas cria novas formas sem destruir as antigas” (p. 92), vindo a despertar interesse se interpretada à luz da teoria da variação.

Passa, então, a tratar da teoria da variação e mudança laboviana, seu foco nesta segunda parte. Para tal, inicia a discussão fazendo uma síntese do texto fundador da teoria, publicado em 1968 (*Empirical Foundations for a Theory of Language*), cujos autores são Weinrich, Labov e Herzog. O primeiro sugere (na Introdução da referida obra) que “um modelo de língua que acomode os fatos do uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos não só levam a descrições mais adequadas da competência linguística, mas também suscita naturalmente uma teoria da mudança linguística que ultrapassa os estereis paradoxos contra os quais a linguística histórica vem lutando há mais de meio século” (p. 97). Mattos e Silva aponta que a sociolinguística laboviana tem início no Brasil em 1970, e que os estudos variacionistas brasileiros “giraram em torno ou da variação fônica, ou da variação morfossintática, ou do sistema pronominal, tanto os chamados ‘pronomes de tratamento’, os clíticos e sua mobilidade e a concordância, tanto verbo-nominal, como no sintagma nominal, também sobre o uso de relativas padrão/não-padrão” (p. 116), destacando a organização de muitos *corpora*, e apresentando exemplos de teses e dissertações brasileiras.

A seguir, discute a relação entre a variação intrassistêmica e a interssistêmica, ressaltando a contribuição das tipologias linguísticas, sem as quais seria muito difícil avançar no conhecimento das línguas. “Se a teoria gerativista, de base inatista, volta-se para uma concepção universalista da mudança, para universais de base biológica, a teoria laboviana, embora não

negue os universais na mudança, fundamenta-se em condições históricas particulares” (p.135). Assim, apesar de críticas, surgiu a proposta de conjugar a teoria da variação e mudança e a teoria chomskiana, centrando-se na sintaxe, de modo que “os mesmos princípios e parâmetros deveriam dar conta da variação interlinguística e intralinguística e os conceitos de ‘encaixamento’ estrutural e parâmetros poderiam ser conciliados” (p. 136), sobre a qual também apresentou exemplos de pesquisas.

Afirma que as tradições discursivas representam a mais recente orientação nos estudos histórico-diacrônicos, destacando que seu traço definido vem a ser “a relação de um texto em um outro momento determinado da história com outro texto anterior” (p. 147). Acredita que uma das mais importantes aplicações das tradições discursivas é a relação com a gramática histórica haja vista que ao estudar a história de uma língua, estuda-se, na verdade, não a língua, mas textos de diferentes épocas, e para que se chegue a uma gramática histórica diferenciada é importante que se possibilite conhecer, com mais rigor, as evoluções e os processos de mudança linguística. Conclui, pois, a segunda parte da obra considerando que é na mudança sintática que se confluem as teorias gerativista, funcionalista e da variação e mudança, esclarecendo que a respeito da mudança, a última teoria vem a ser a mais completa, pois seu objeto de estudo é a variação e sem esta não pode haver mudança.

Finalmente, na parte 3, a autora trata d’*A realização da mudança linguística*, e introduz suas reflexões fazendo referência a Martin, para quem a explicação histórica se baseia em duas noções: os universais diacrônicos e as tendências tipológicas. Apresenta, a seguir, causas, condições, motivos e interpretações da mudança linguística pelos seus precursores (Bredsdorff, Jespersen, Menendez Pidal, Sapir e Benveniste), e, em seguida, pelos

neogramáticos, pelos estruturalismos diacrônico e funcionalista, pela sociolinguística e pelo gerativismo.

Entre as considerações apresentadas, inicia destacando o trabalho de H. Paul, o teórico mais conhecido entre os neogramáticos, o qual acredita que a causa das modificações do uso está relacionada à atividade da fala, e que “um método não histórico de estudar a língua não é mais que um método histórico incompleto” (p. 168). Sobre os estruturalistas, mostra que a teoria da mudança, tanto a de Jakobson como a de Martinet, é intrassistêmica, e que, para este, apesar de haver a recusa em se considerar a linguística como histórica, “não podemos saber o que é a língua e como ela trabalha, antes de determinar por que as línguas mudam” (p. 171). Para Coseriu, “os fatos linguísticos existem porque os falantes os criam *para alguma coisa*, e não são nem ‘produtos’ duma necessidade física, exterior aos falantes, nem ‘consequências necessárias e ineludíveis dum estado de língua anterior” (p. 172-3), não aceitando, portanto, a necessidade interna e obediência a leis gerais da mudança linguística, proposta pelos estruturalistas diacrônicos. A respeito dos sociolinguistas, destaca Labov, para quem a mudança linguística deve ser explicada não somente por argumentos internos ao sistema, mas também externos, sendo as relações sociolinguísticas consideradas fatores condicionadores adicionais, elencando os mecanismos da mudança fônica tanto abaixo como acima do nível de consciência. Para os gerativistas da sintaxe diacrônica, “a questão da *causa* da mudança decorre de uma busca de uma teoria explanatória para a mudança” (p. 181) e que (a partir de Lightfoot) a mudança linguística pode ser gradual, mas de tempos em tempos, podem ocorrer mudanças abruptas, catastróficas.

Mattos e Silva conclui a obra ressaltando o aspecto histórico e seu fascínio e paixão pela LH, o que resultou nesta obra. Consideramos, pois, a obra de leitura fundamental aos profissionais da Linguística e Língua Portuguesa, como também aos acadêmicos de cursos de Letras, haja vista (entre outros motivos) Linguística Histórica e Linguística Teórica estarem, como a autora mostra, obrigatoriamente relacionadas. Dessa forma, como tratar uma língua sem conhecer sua história?